



Ata dos trabalhos da Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Nova Lima. No dia dezessete de setembro de dois mil e dezenove, às dezoito horas e quinze minutos, reuniu-se a Câmara em sua Sede, achando-se constituída a Mesa pelos senhores vereadores: Fausto Niquini Ferreira – Presidente, Alessandro Luiz Bonifácio – Vice-Presidente e Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo – Secretário. O Senhor Presidente solicitou a chamada dos vereadores presentes; constatando-se a existência de número legal conforme as assinaturas apostas no livro próprio, verificando-se a presença de todos os vereadores. O Senhor Presidente, sob a proteção de Deus e em nome do povo nova-limense, declarou aberta a reunião e, em seguida, convidou todos para, de pé, ouvir o Hino Nacional. Vereador Silvânio Aguiar Silva: “Senhor Presidente, eu gostaria de pedir um minuto de silêncio pela morte do Dr. Mário, Diretor do Hospital Biocor”. Senhor Presidente: “atendendo à solicitação do vereador Silvânio Aguiar, vereadores que concordam permaneçam como estão. Aprovado, nove votos”. Após um minuto de silêncio, Senhor Presidente: “neste momento, convido o excelentíssimo senhor prefeito Vítor Penido para compor a Mesa. O Secretário de Planejamento, o senhor André, já está aqui na Mesa”. Logo, o Senhor Presidente comunicou que a Ata da Reunião Ordinária do dia dez de setembro de dois mil e dezenove foi encaminhada aos gabinetes para os vereadores conferirem-na. Colocou-a em discussão, nenhum vereador se manifestou. O Plenário aprovou a Ata por nove votos. Senhor Presidente: “leitura de correspondências. Convido o excelentíssimo senhor prefeito para que proceda à leitura de correspondência acerca do Projeto de



Decreto Legislativo 374/2019”. Prefeito Vítor Penido de Barros: “primeiramente, eu quero cumprimentar o Presidente Fausto Niquini e aos demais componentes da Mesa, aos amigos ilustres vereadores que aqui aparecem. Agradecer essa oportunidade. É apenas a parte regimental, aquele prazo quando se fala de prestação de contas. Eu gostaria de passar as informações do Tribunal onde diz: 01 - Conforme de depreende dos autos remetidos pelo Ministério Público de Contas a esta Câmara Municipal, o Município de Nova Lima realizou a abertura dos créditos adicionais indicados no parecer prévio dentro da mais perfeita legalidade e em obediência aos princípios constitucionais que informam a administração pública. 02 - Observa-se pela documentação instrutória dos autos que o Município abriu créditos suplementares no valor de R\$ 9.052.456,39 (nove milhões e cinquenta e dois mil e quatrocentos e cinquenta e seis reais e trinta e nove centavos) com a indicação da fonte de recurso excesso de arrecadação. 03 - Por outro lado, no exercício de 2003, o Município de Nova Lima experimentou um excesso de arrecadação por fonte de recurso, no montante de R\$ 12.027.563,23 (doze milhões, vinte e sete mil e quinhentos e sessenta e três reais e vinte centavos), maior, portanto, que os créditos abertos, conforme se comprova pela documentação acostada aos autos. 04 - Os responsáveis técnicos pelo controle orçamentário do Município de Nova Lima adotaram, desde os exercícios anteriores, a codificação de recursos por fontes, apurando-se o excesso de arrecadação não pelo resultado global do orçamento, mas por fonte de recurso. 05 - Desta forma, percebe-se claramente, comparando-se a receita orçada com a arrecadada que, sem qualquer sobra



de dúvidas, houve, em 2003, excesso de arrecadação nas 23 fontes de receita indicadas nos Anexo I e II, resultando no montante de R\$ 12.027.563,23 (doze milhões, vinte e sete mil e quinhentos e sessenta e três reais e vinte e três centavos), valor superior aos R\$ 9.052.456,39 (nove milhões e cinquenta e dois mil e quatrocentos e cinquenta e seis reais e trinta e nove centavos) de créditos suplementares abertos com base em excesso de arrecadação, conforme decretos juntados aos autos. 06 - A celeuma inicialmente criada na elaboração do parecer prévio pelo Tribunal de Contas de Minas Gerais reside no fato de que aquela Corte utilizava, até o ano de 2009, metodologia diversa para classificação do excesso de arrecadação. 07 - Entretanto, com o julgamento do Pedido de Reexame aviado e analisando-se o conjunto probatório dos autos, verificou-se a validade do critério utilizado pelo corpo técnico do Município que, apesar de ter sido objeto de divergência, não foi capaz de causar qualquer prejuízo ou comprometer o equilíbrio econômico-fiscal de Nova Lima, seja no exercício em questão, seja nos exercícios seguintes. 08 - É importante destacar alguns trechos do parecer prévio exarado, aprovado pela unanimidade dos Conselheiros da Primeira Câmara do Tribunal de Contas de Minas Gerais, vejamos. 'Unidade Técnica considerou procedentes os argumentos do recorrente, pois desde 2009 o Tribunal vem adotando a prática de separar o excesso de arrecadação por fonte de recurso, ou seja, o excesso de arrecadação de recursos livres e os de recursos vinculados de modo que os recursos dos Convênios, Operações de Crédito, Fundeb e Contribuições Previdenciárias possam ser utilizados de acordo com a destinação do recuso para o qual houve ingresso nos cofres do



Município'. 'Desse modo apura-se um excesso de arrecadação em 2003 no montante de R\$ 8.710,29, correspondente ao excesso de arrecadação apurado no quadro demonstrativo da Unidade Técnica no valor de R\$ 8.149.760,40, somado ao excesso de arrecadação oriundo dos convênios R\$ 556.213,57. Isso posto, deduzindo-se do valor total de R\$ 9.052.456,39, referente aos créditos suplementares abertos com base em excesso de arrecadação, o valor de R\$ 8.710,29 relativo ao excesso de arrecadação apurado em 2003, segundo os critérios atualmente adotados, verifica-se uma diferença de R\$ 342.174,61, o que representa apenas 0,39% do total das despesas realizadas pelo Município no exercício que foi de R\$ 86.708.672,39, não sendo esse valor suficiente para comprometer o equilíbrio da execução orçamentária. Nesse contexto, considero que a abertura de créditos suplementares sem cobertura legal no percentual ínfimo de 0,39% da despesa total fixada não se reveste de gravidade suficiente a ponto de macular toda a gestão anual e resultar na rejeição das contas em 2003, devendo ser aplicado, no caso em apreço, o princípio da insignificância, conforme precedente desta Corte, nos autos da Prestação de Contas n. 686819, aprovada na sessão da 2ª Câmara do dia 25/06/2015 (...)'.

'Ademais, como bem pontuou o relator da citada decisão, seria desproporcional e desarrazoado emitir parecer pela rejeição das contas em virtude de diferenças mínimas, muito mais caracterizadoras de falhas do que ilegalidades, especialmente se considerarmos a incidência de graves objeções previstas na legislação ao gestor responsável'. 09 - Referido parecer, que nesta data submete-se a votação por Vossas Excelências, concluiu pela necessidade de aprovação das contas relativas a



2003, nos seguintes termos: ‘No mérito, voto pelo provimento do presente pedido de reexame, reformando o parecer prévio para aprovar as contas da Prefeitura Municipal de Nova Lima referente ao exercício de 2003, prestadas pelo Sr. Vítor Penido de Barros, Prefeito Municipal de Nova Lima, nos termos do inciso I do artigo 45 da Lei Complementar n.º. 102/2008 deste Tribunal’. Portanto, quero solicitar desta Egrégia Casa Legislativa, que, nos termos do art. 190 de seu Regimento Interno, julgue as aprovadas contas relativas ao exercício de 2003, prevalecendo o Parecer Prévio exarado pelo Tribunal de Contas de Minas Gerais. Sem mais, renovo protestos de estima e consideração e agradeço essa oportunidade de estar aqui para prestar esses esclarecimentos. Muito obrigado”. Senhor Presidente: “o Projeto de Decreto Legislativo 374/2019 entrará em votação ainda hoje nessa Casa. Dando início ao ‘Programa Câmara Fiscaliza’, encontra-se hoje presente no Plenário o senhor André Rocha, Secretário de Planejamento, para prestar alguns esclarecimentos para os vereadores. O primeiro vereador que quiser fazer alguma pergunta para o Secretário”. Vereador José Geraldo Guedes: “Senhor Presidente. Eu gostaria de cumprimentar o prefeito, vereadores e o público presente. Eu gostaria de avisar que na próxima segunda-feira, oito e trinta, a nossa comissão, nós vamos nos reunir, Legislação e Justiça, oito e trinta, segunda-feira, por favor”. Vereador Tiago Almeida Tito: “Senhor Presidente, só pela ordem. É só porque ele está relatando em Plenário, já justificar a minha impossibilidade, porque eu já tenho uma agenda na segunda-feira, às nove horas, em Belo Horizonte. Então, se puder remarcar o horário”. Vereador José Geraldo Guedes: “posteriormente eu vou



remarcar e eu ligo para o senhor”. Senhor Presidente: “algum vereador?”. Vereador Flávio de Almeida: “eu, Senhor Presidente. Alguém tem que começar, deixe-me iniciar. Primeiro, Secretário, eu sei que o senhor não é político, sei que o senhor é técnico, a gente já nota quando o senhor fala, a gente vê que não tem o ato do político quando fala. Eu quero tratar o assunto sobre a iluminação pública, são coisas rápidas, nada que venha a fazer o senhor ficar sem jeito ou sem graça. Eu vou fazer as três perguntas de uma vez, como se deu a contratação e de que forma está sendo executado o serviço? E no final, eu gostaria que quando o senhor puder, no prazo de quinze dias, o senhor envie a cópia para gente sobre a contratação, por favor. A primeira pergunta é como se deu a contratação, de que forma se deu? E a segunda é de que forma está sendo executado o serviço? Porque a gente vê muitas pessoas questionando, reclamando e a gente não vê a empresa executando. O senhor pode ficar à vontade”. André Luiz A. Rocha, Secretário Municipal de Planejamento e Gestão: “sim. Boa noite a todos, senhores vereadores, boa noite. Antes de iniciar esta prestação de contas, eu gostaria de entregar à Mesa um relatório, como me foi solicitado, um relatório dos últimos noventa dias da gestão da Secretaria. Eu fui um pouco além, eu trouxe um relatório de janeiro a agosto e me coloco à disposição para prestar qualquer esclarecimento. Vereador, o senhor está se referindo ao contrato de manutenção da iluminação pública?”. Vereador Flávio de Almeida: “isso, o que é devido à prefeitura”. André Luiz A. Rocha, Secretário Municipal de Planejamento e Gestão: “o contrato de manutenção da iluminação pública é um contrato afeto à Secretaria de Obras, foi através de um processo licitatório e eu não



faço o acompanhamento da execução dos serviços. Infelizmente, eu não tenho mais detalhes sobre esse assunto”. Vereador Flávio de Almeida: “está certo, pode ficar tranquilo que o senhor não vai ser massacrado porque o senhor não é político, o senhor é técnico”. André Luiz A. Rocha, Secretário Municipal de Planejamento e Gestão: “sim”. Vereador Flávio de Almeida: “se o senhor fosse político...”. André Luiz A. Rocha, Secretário Municipal de Planejamento e Gestão: “mas é essa a situação”. Vereador Flávio de Almeida: “está certo”. Vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “Presidente. Boa noite, senhor prefeito, senhor secretário, bem vindo a essa Casa. Além do contrato de iluminação pública, se o senhor me permitir, vereador, eu gostaria de saber referente à parceria público-privada de iluminação pública. Como se deu?”. André Luiz A. Rocha, Secretário Municipal de Planejamento e Gestão: “a parceria público-privada é uma intenção, foi feito um contrato com a Caixa, com o BID, para se desenvolver os projetos. Vai ser feito todo um estudo, ainda não temos uma parceria público-privada, nós estamos iniciando os estudos, são estudos técnicos, exige uma modelagem econômica financeira, existem estudos de viabilidade, existe também toda uma modelagem jurídica. Ao final desses estudos, isso precisa ser submetido, apresentado à população, aos senhores vereadores. E a previsão é de que esses estudos estejam prontos em janeiro do ano que vem. Só depois, haverá essa continuidade e a necessária licitação para se contratar a concessão”. Vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “tá. O senhor, na verdade, então, está afirmando que a parceria público-privada ainda não foi efetivada, propriamente dita, está em fase de estudos e



que antes mesmo de assinar, formalizar, nós teremos acesso a todas essas documentações, enfim, aos desdobramentos desse processo. É isso?”. André Luiz A. Rocha, Secretário Municipal de Planejamento e Gestão: “com certeza, esse processo precisa ser submetido à apreciação da população e aos senhores vereadores”. Vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “perfeito”. André Luiz A. Rocha, Secretário Municipal de Planejamento e Gestão: “é necessária uma audiência pública para se tratar desse assunto”. Vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “perfeito. Presidente, eu tenho algumas perguntas, posso continuar?”. Senhor Presidente: “pode continuar”. Vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “secretário, sobre a municipalização da MG-030, eu vou inclusive contextualizar aqui o porquê da minha pergunta, porque na verdade eu tenho aqui inclusive, eu vou passar para as mãos do senhor cópia de todos os requerimentos que eu apresentei aqui na Casa, de todos os ofícios que eu encaminhei para a prefeitura e naturalmente aqueles ofícios direcionados a sua pasta. Eu nunca tive resposta de nenhum, nunca tive resposta de nenhum, então eu vou aqui, em público, entregar para o senhor, acreditando que o senhor vai me responder alguns deles, porque na verdade não são reivindicações que eu faço pessoal, particular, são reivindicações da população. Mas que, naturalmente, eu vou aqui relembrar a população de todos esses feitos, inclusive os de 2017, mas entregando, como eu disse, em mãos, para o senhor para que o senhor tenha a oportunidade de, mais uma vez, espero, me responder para que eu possa prestar contas para a população. E quando eu faço esse questionamento da municipalização da MG-030 é porque além de





ofício, eu fiz aqui requerimento, mas infelizmente não tive resposta. Então, eu gostaria que o senhor se pronunciasse sobre a municipalização, porque se deu a municipalização, eu solicitei inclusive cópias do projeto de intervenção na via, provocado por moradores dos condomínios que estão preocupados com acidentes que já ocorreram e eles gostariam de ter acesso a essa documentação. Então, por gentileza”. André Luiz A. Rocha, Secretário Municipal de Planejamento e Gestão: “perfeitamente. Eu não respondi por que eu não recebi a correspondência do senhor. Os projetos estão à disposição. O motivo que nos levou a solicitar a municipalização foi que a MG-030, a cada dia que passa, está perdendo a característica de uma rodovia em toda a sua extensão. Do quilômetro dez ao quilômetro quatorze, o quilômetro dez é aquele pontilhão próximo da trincheira e o quilômetro quatorze é próximo à Academia de Tênis, esses quatro primeiros quilômetros foram os que inicialmente foram transferidos para o município para que o município possa adotar medidas de segurança viária, o grande objetivo é a segurança de quem transita pela região, a segurança dos moradores de Nova Lima. Como é sabido, o Estado não tem recurso para fazer as intervenções que precisa, então o grande objetivo foi isso. Um segundo pedido foi do Trevo da Máquina até aquela região do Supermercado BH, ali em cima, pelo mesmo motivo. A rodovia precisa de intervenções de segurança, a rodovia tem uma característica que poucas rodovias têm, a necessidade de terceiras faixas, tanto para quem vai em direção a Belo Horizonte e quem vem de Belo Horizonte para Nova Lima. O trânsito de caminhões, o volume de caminhões impede até a circulação na faixa de descida. Então, precisa de



uma intervenção para dar esse conforto e segurança para quem transita ali”. Vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “tá. O senhor vai, depois, no tempo hábil, fornecer essa documentação do termo assinado com o DEER e os projetos de intervenção nas vias?”. André Luiz A. Rocha, Secretário Municipal de Planejamento e Gestão: “perfeitamente, isso está à disposição”. Vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “é porque eu já pedi e, repito, não recebi resposta. Na verdade, todas as comunicações que eu encaminho estão aqui ‘recebidos pelo gabinete do prefeito’ e infelizmente não obtive resposta de nenhum, desde 2017”. André Luiz A. Rocha, Secretário Municipal de Planejamento e Gestão: “eu não sei responder esse detalhe para o senhor”. Vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “mas o senhor vai ter mais uma oportunidade para poder me responder”. André Luiz A. Rocha, Secretário Municipal de Planejamento e Gestão: “os projetos estão prontos, inclusive, um trabalho técnico muito bem feito, as planilhas de orçamento estão também muito bem elaboradas e estão à disposição”. Vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “ótimo”. André Luiz A. Rocha, Secretário Municipal de Planejamento e Gestão: “eu farei essa entrega”. Vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “muito obrigado”. Vereador Flávio de Almeida: “posso?”. Senhor Presidente: “pode”. Vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “eu não acabei, mas pode”. Vereador Flávio de Almeida: “é porque eu também não tinha terminado”. Vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “perdão”. Vereador Flávio de Almeida: “mas eu deixei o senhor me atropelar”. Vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “fica à vontade”.



Vereador Flávio de Almeida: “brincadeira, vereador. É porque o senhor falou sobre o Santo Agostinho, sobre as intervenções, aquele projeto das intervenções em frente ao Santo Agostinho já foi liberado, já está pronto?”. André Luiz A. Rocha, Secretário Municipal de Planejamento e Gestão: “foi feito um pedido. Esse assunto do colégio Santo Agostinho não é um assunto novo. Este ano, em março desse ano, a associação geral do Vale dos Cristais protocolou um pedido de aprovação de um projeto de engenharia que visa o alargamento da Rua das Cores, é aquela rua no entorno do Colégio Santo Agostinho. Esse projeto foi recebido pela Secretaria, foi analisado tecnicamente, houve necessidade de correções técnicas desse projeto, a associação apresentou essa correção. E, depois dessa análise do projeto de engenharia, foi feita a verificação dessas áreas verdes que precisam ser desafetadas, com a aprovação dos senhores, para que se possa realmente implementar a obra. Esse projeto está em fase final, já passou pela Secretaria de Meio Ambiente, análise técnica nossa, o departamento de geoprocessamento conferiu, foi feito um memorial descritivo. Foi feita também, por parte da AngloGold, uma proposta de afetação de uma outra área, compensando os cinco mil e duzentos metros, em torno disso, que precisa ser afetada. Então, haverá uma desafetação de cinco mil e duzentos e a AngloGold faz uma proposta de afetação de uma área idêntica, dos mesmos cinco mil e duzentos metros, dentro do Vale dos Cristais. Esse projeto está em fase final, a elaboração do projeto de lei, a procuradoria está em fase final e ele será encaminhado à Câmara de vereadores”. Vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “até o final de setembro?”. André



Luiz A. Rocha, Secretário Municipal de Planejamento e Gestão: “eu acredito que na próxima semana estará pronto, o encaminhamento eu não posso definir a data”.

Vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “se o senhor me permite, vereador”.

Vereador Flávio de Almeida: “permitido”. Vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “acredito que o senhor tenha perguntado isso por conta da reunião que nós acabamos de fazer com os representantes”. Vereador Flávio de Almeida: “não, eu perguntei porque... Eu nem ia entrar nesse assunto porque causa um certo medo, mas outro dia eu vi uma Scania, ela desceu, então o pessoal estava na curva, eu vi a dificuldade que foi para aquela Scania segurar para não bater no último carro. Se ela bate naquele último carro, nós teríamos um acidente que estaríamos, hoje, lamentando. A pergunta foi essa. Mas sobre o acidente, o senhor não tem como prever porque é algo da natureza, do trânsito mesmo”. André Luiz A. Rocha, Secretário Municipal de Planejamento e Gestão: “exatamente. Esse projeto é importante para a região, é um projeto que muitos têm questionado, muitos tem se manifestado. Agora, é um projeto que precisa ser conduzido com segurança, para eu dizer que o projeto está aprovado, eu precisava ter essa segurança técnica para afirmar”. Vereador Flávio de Almeida: “correto”. Vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “secretário, sobre o Plano Diretor...”. Prefeito Municipal Vítor Penido de Barros: “eu vou responder, é só completar o que o Secretário André acabou de falar aqui. É que aquele projeto é um projeto já discutido algum tempo, me parece, eu não tenho muita certeza, mas desde a administração passada, no final do mandato, está fazendo três anos agora, que já foi



objeto e houve um problema, até mesmo um desencontro de informações, até mesmo na Câmara de vereadores. Eu quero só salientar o seguinte: não tem ninguém mais interessado, como eu sou interessado por todos os assuntos de Nova Lima, de um modo geral, tudo que envolve qualquer risco, eu tenho a obrigação, como prefeito, e ao longo da minha vida toda, eu sempre me preocupei demais com isso, mais segurança. Mas só quero lembrar que a minha família mora ali também, então se dependesse da vontade do Prefeito Vítor Penido, aquilo já tinha sido resolvido há três anos atrás, eu tenho três netos, uma filha, um genro, além de todos os amigos que moram ali e das pessoas que moram aqui. Então, não falta da nossa parte, da minha parte, não faltou em nenhum momento, a vontade de resolver aquilo o mais rápido possível. Mas, infelizmente, coisa pública é muito burocrática e a gente acaba perdendo muito tempo e por coisas que poderiam resolver, às vezes, com quinze, vinte, trinta, sessenta dias, demoram, às vezes, um tempo maior. Então, é só frisar aqui que a minha família, os meus três netos que eu amo, os trigêmeos, eles moram ali naquele bairro e que é preocupante. Eu falei isso com o presidente da associação, recentemente, em um encontro que ele teve comigo, eu expus isso para ele: ‘olha, da minha parte, ninguém com mais pressa do que eu para resolver isso aqui’. Muito obrigado”. Senhor Presidente: “obrigado. Próximo”. Vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “secretário, sobre o Plano Diretor, a gente sabe que o Plano Diretor atual de Nova Lima é de 2007, ele já deveria ter sofrido revisão, atualização e, infelizmente, por diversas vezes, eu solicitei aqui, com toda certeza, o senhor teve acesso a essa minha reivindicação. Eu gostaria que o senhor



pudesse se pronunciar sobre em que pé está a atualização do Plano Diretor”. André Luiz A. Rocha, Secretário Municipal de Planejamento e Gestão: “vereador, o Plano Diretor não se resume a definir o zoneamento urbano. O Plano Diretor é um trabalho que precisa ser bem feito e criterioso. O Plano Diretor, o primeiro passo nós demos, foi desenvolvido o Plano de Mobilidade Urbana. Esse Plano de Mobilidade foi desenvolvido ao longo de um ano e meio, aproximadamente, ele foi submetido, apresentando ao Conselho da Cidade e fizemos, mês passado, uma audiência pública. Esse plano está aprovado e também, até o final de setembro, ele será apresentado a vocês para análise e avaliação. O outro ponto que eu julgo muito importante para uma revisão bem feita de um Plano Diretor é o Plano de Desenvolvimento Econômico do município, parte desse projeto do desenvolvimento urbano, que é a zona limpa de desenvolvimento, também já foi submetida a vocês. A fase final desse plano está em elaboração. Uma outra providência muito importante seria nós fazermos um georreferenciamento de todo o município. Hoje, a base cartográfica do município é um trabalho que foi feito em 2008, ele está desatualizado, ele está pouco preciso. Então, se nós começarmos um Plano Diretor, sem esses três aspectos importantes, nós podemos cometer os mesmos erros e não conseguirmos atingir o objetivo que é tão importante para Nova Lima. Cumpridas essas três etapas, nós já temos os termos de referência que precisamos, que orientarão a contratação de uma empresa ou de uma fundação, alguém capaz de conduzir um Plano Diretor tão importante como o de Nova Lima. Lembrando que a revisão do Plano Diretor de Belo Horizonte, que foi um plano recentemente



aprovado, nos chama para uma responsabilidade maior, Nova Lima hoje é o lado de crescimento de Belo Horizonte. Então, a nossa responsabilidade em fazer uma revisão do Plano Diretor bem feita é muito grande. Pretendemos, é determinação do prefeito que a gente esteja em condições de contratar essa revisão até o final do ano”. Vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “e até o final do mandato do prefeito, a Câmara vai receber o projeto de lei para ser deliberado e votado ou o senhor não sabe afirmar?”. André Luiz A. Rocha, Secretário Municipal de Planejamento e Gestão: “o prefeito está pedindo para que ele possa...”. Vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “não, mas a pergunta é para o senhor, secretário”. Secretário de Planejamento e Gestão André Luiz A. Rocha: “espero que sim”. Vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “espera que sim? Tá. Para finalizar, secretário, eu gostaria e aí o senhor vai me entender bem porque eu vou falar pela terceira vez e o senhor sabe bem a significância desse numero três, já que nós nos formamos na mesma escola. Eu gostaria que o senhor recebesse aqui todos os ofícios e requerimentos por mim encaminhados, naturalmente, à pasta que cabe e de responsabilidade do senhor, o senhor recebesse para que eu pudesse ter as devidas respostas para que eu possa encaminhá-las para a população que me solicitou. Ok?”. Vereador José Geraldo Guedes: “Senhor Presidente. Com relação ao projeto do Santo Agostinho, eu, como presidente desta Casa, eu devolvi o projeto pelo fato de a AngloGold oferecer um terreno no Rego dos Carrapatos. Lá no Santo Agostinho todos nós sabemos que é um terreno supervalorizado, então a Morro Velho ofereceu no Rego dos Carrapatos, na época, alguns vereadores não aceitaram, eu



devolvi o projeto. Pelo o que o senhor falou, está sendo oferecido um terreno no Vale dos Cristais, é isso?”. André Luiz A. Rocha, Secretário Municipal de Planejamento e Gestão: “sim”. Vereador José Guedes: “a minha pergunta é essa. Obrigado”. Vereador Wesley de Jesus Silva: “Presidente, pela ordem. Primeiro, boa noite para todo mundo, as pessoas que estão nos ouvindo em casa. Secretário, foi anunciada pela prefeitura a realização de, aproximadamente, setenta obras na nossa cidade, para serem realizadas até o final do ano. Como que está a execução dessas obras? Tem orçamento para executá-las? Nós vamos conseguir executar as setenta obras? Se o senhor conseguir nos passar informações de algumas que são mais importantes”. André Luiz A. Rocha, Secretário Municipal de Planejamento e Gestão: “vereador, inclusive, pensando que essa pergunta seria feita, eu trouxe um controle sobre...”. Senhor Presidente: “secretário, só um minutinho. Agradeço a presença do ex-presidente desta Casa, o vereador Nélio Aurélio. Convido o senhor para compor a Mesa conosco. Pode continuar, secretário”. André Luiz A. Rocha, Secretário Municipal de Planejamento e Gestão: “esse programa de obras, vereador, é um programa extenso, onde já são hoje oitenta projetos nas diversas fases. Nós já temos quatorze obras concluídas, nós temos dezesseis obras em execução, tenho vinte e oito processos em licitação, e ainda estamos desenvolvendo vinte e dois projetos. Para esse programa de obras o município tem recursos para executá-las. Apenas três têm parte do recurso vindo de alguma emenda parlamentar, todas as outras são recursos próprios do município”. Vereador Wesley de Jesus Silva: “tem uma demanda que me chama muito a atenção e é algo que eu estou batendo nesta





tecla há muito tempo, o senhor vai conseguir passar informações para mim de mais concreta. Nós temos na pauta da Casa, hoje, aqui eu estou vendo algumas pessoas que são líderes de alguns movimentos, o Flávio e outras pessoas, no que diz respeito à regularização de alguns imóveis em Nova Lima. Lá, na prefeitura, foram feitos alguns processos licitatórios, inclusive de chamamento público para a construção de trezentos e quatro apartamentos que seriam direcionados, a princípio, para servidores públicos e, caso não fosse atendido, para a população em geral. Esse projeto está em andamento aqui, na Câmara. Eu obtive informação de que, tendo em vista a demora, já que esse projeto tem um ano que está aqui, na Câmara, parado. Um ano porque foi arquivado da última, embora dois projetos caminhavam juntos, um foi arquivado, foi dado tratamento diferenciado para um e para outro, mas, enfim, entrou de novo em setembro. Existe a possibilidade de a empresa que ganhou o certame, o processo licitatório, devolver o projeto e desistir de participar por causa de demora da Câmara?”. Senhor Presidente: “secretário, eu gostaria de complementar esta pergunta, nós temos assistido algumas mudanças de zoneamento, via decreto, e também algumas aprovações de loteamento, via decreto. Eu gostaria de saber se existe algum TAC do Poder Executivo com o MP para essas alterações, para essas mudanças, fora o Plano Diretor”. André Luiz A. Rocha, Secretário Municipal de Planejamento e Gestão: “vou responder primeiro às perguntas que o vereador Wesley fez. Vereador, esse projeto é afeto à secretaria de habitação, eu conheço pouco dos detalhes dele. As informações que me chegaram recentemente é que a construtora vencedora do processo licitatório não tem mais interesse em executar a



obra, eu não sei dizer o porquê. Não posso afirmar que é pelo prazo ou qualquer outro motivo, isso eu não sei dizer ao senhor”. Vereador Wesley de Jesus Silva: “sabe me informar o ano que foi feito esse processo licitatório? Quanto tempo leva para fazer um processo desses novamente, média? Se Vossa Excelência souber e conseguir responder o tempo”. André Luiz A. Rocha, Secretário Municipal de Planejamento e Gestão: “como não foi um processo conduzido por mim, pela secretaria de planejamento, eu não posso ser preciso em quanto tempo demorou. Eu não sei responder ao senhor”. Vereador Wesley de Jesus Silva: “entendi. Só mais uma pergunta, talvez você consiga responder, esse projeto iniciou no governo atual, do prefeito Vítor Penido, ou ele já vinha de outros governos o andamento desse processo? O senhor sabe me informar isso também?”. André Luiz A. Rocha, Secretário Municipal de Planejamento e Gestão: “não tenho segurança para informar ao senhor, não sei dizer por não ser afeto à secretaria de planejamento”. Vereador Wesley de Jesus Silva: “ok. Obrigado, secretário”. André Luiz A. Rocha, Secretário Municipal de Planejamento e Gestão: “Senhor Presidente, no governo do Vítor não houve aprovação de nenhum novo loteamento. Existem diversos processos em tramitação, diversos processos de aprovação, mas não houve ainda aprovação de nenhum. A mudança do zoneamento urbano para que se permita alguma construção diferente do que prevê o Plano Diretor, eu só me recordo de uma situação, de um projeto aprovado no Bairro Oswaldo Barbosa Pena, conduzido em 2017, que foi feito um decreto, permitindo a alteração de uma única ou de duas quadras que eram, na época, de propriedade da COHAB. O objetivo era de se poder fazer um projeto



habitacional para atendimento de funcionários públicos indistintamente, municipais, estaduais ou federais. O projeto foi aprovado, a COHAB fez um processo licitatório dos quatro lotes, três apenas tiveram empresas interessadas”. Vereador Tiago Almeida Tito: “Senhor Presidente, pela ordem. Boa noite ao público que nos assiste na galeria, em meio físico, ao público que nos assiste pela TV Banqueta, aos colegas vereadores. Cumprimentar o prefeito municipal pela presença na Casa e agradecer ao André por vir aqui prestar esclarecimentos, mesmo sendo uma semana depois, mas veio. Acho que isso que é importante. Antes de fazer meus questionamentos ao senhor, eu queria só responder ao Wesley em relação à habitação, que acho que todo mundo aqui sabe que é uma bandeira que eu tento levar, apesar que com muita frustração, a gente não teve muita evolução nesta área habitacional, mas levar a bandeira da habitação realmente de interesse social, ou seja, para aquelas pessoas que mais precisam. Não a habitação que vai servir à especulação imobiliária, ou seja, a ganho de capital. A pergunta que o senhor fez em relação ao chamamento público, esse chamamento público foi iniciado enquanto eu estava secretário de administração no governo anterior, no governo do Cassinho, iniciou-se esse processo. Na melhor das boas vontades, em três meses se encerra esse processo. Até aproveitar e cumprimentar a presença do secretário de administração, o Jean Seabra, ele sabe muito bem que as empresas que participam do certame podem entrar com recurso, então isso pode protelar, mas três meses são o suficiente. Quando o atual prefeito entrou, o Vítor, a primeira coisa que eu fiz, até antes de eu tomar posse, foi ir até ele e falar dos programas habitacionais que já estavam em



andamento, seja de regularização fundiária ou seja de novas unidades habitacionais e falei desse chamamento público. Ele prontamente, demorou um tempo, mas deu andamento, porque foi suspenso esse processo na época da gestão anterior porque as empresas entraram com recurso e acharam melhor suspender porque isso foi protelando, protelando... E aí se fez um novo chamamento. Mas ele nunca foi direcionado exclusivamente a servidores públicos, ele foi feito na faixa social. Para as pessoas entenderem, o que é faixa social? Até então o Minha Casa Minha Vida, faixa social era a Faixa 1, para renda familiar até mil e oitocentos reais. Depois o governo federal alterou, também incluindo a Faixa 1,5; que inclui as famílias que têm até três salários mínimos, ou seja, é um pouco mais de mil e oitocentos reais. Porque mil e oitocentos reais à época, dois salários, dois membros da família que trabalhavam, ela já saía da faixa social, ia para Faixa 2 que, na minha opinião, não é considerada faixa social, que é acima de quatro salários mínimos, então criou-se o Faixa 1,5. Então, nós lançamos aqui, até como inovação, esse Faixa 1,5; que foi esse chamamento público para atingir principalmente os casais novos que estavam recém-casados que não conseguem acessar as unidades habitacionais. Então, deixar muito claro que, em minha opinião, e o que fala a lei do Minha Casa Minha Vida, a Lei Federal 11.977, vocês podem consultar a seção 2, artigo 6, parágrafo 1º, muito claro, faixa social, até para o governo federal, é a faixa até três salários mínimos. Essa que os municípios, os Estados e a União têm que incentivar. As outras são para ganho de capital, são tão importantes, mas ela é para especulação, tanto é que ela não exige que a pessoa que vai adquirir não tenha outro



imóvel em seu nome, ou seja, a pessoa pode ter mais de um imóvel no seu nome”.

Vereador Wesley de Jesus Silva: “o senhor pode me esclarecer uma dúvida? Mas esse que nós estamos falando especialmente, tanto o que foi citado pelo Presidente, quanto esse, são até três salários mínimos? Não. Até um salário e meio”. Vereador Tiago Almeida Tito: “não. O que você falou do chamamento público, Faixa 1,5; até três salários mínimos”. Vereador Wesley de Jesus Silva: “o chamamento público que o senhor iniciou em 2016, um e meio. Então, nós estamos com um processo que foi feito em 2016, que não foi concluído até hoje. Eu só estou ressaltando porque eu venho pedindo isso, aí eu peço, mais uma vez, ao Presidente que esse projeto dessas Minha Casa Minha Vida já está na Câmara, já passou por todas as comissões, falta ser colocado em pauta. Então, eu volto a insistir novamente na necessidade de colocar os projetos habitacionais em pauta. É só isso que eu quero saber do secretário, eu procurei saber do secretário se existe alguma irregularidade pelo governo ou algo desse tipo, porque é uma pauta que eu sei que Vossa Excelência defende, sempre defendeu, da regularização, e que eu começo a abraçar porque nós não podemos ficar quatro anos aqui, sem fazer uma transformação que Nova Lima precisa”. Vereador Tiago Almeida Tito: “nisso o senhor tem toda razão, mas houve até no intuito, acho que foi até de forma estratégica do governo, que quis vincular esse chamamento público. O Presidente Fausto falou de um outro empreendimento que não tem a ver com o chamamento público que o senhor falou. Mas foi colocado que o chamamento público foi feito para o servidor, e não foi feito, o intuito foi até, inclusive, pressionar essa Casa para que desse



andamento para que fosse aprovado o quanto antes. E aí, eu não acho isso justo, apesar que esse chamamento público deveria sim ser aprovado e ser colocado aberto para que a Secretaria de Habitação pudesse encontrar as famílias dentro da faixa social. Agora, eu vou me remeter ao secretário, voltando nessa questão da bandeira de habitação. Você lembra quais lotes ou quais quadras que foi alterado, via decreto, esse zoneamento, lá no Oswaldo Barbosa Pena?”. Prefeito Municipal Vítor Penido de Barros: “vereador, eu posso responder, antecipar, vocês permitem?”. Vereador Tiago Almeida Tito: “eu não sei, porque parece que a convocação foi feita para o André, eu não sei se é permitido. Por mim...”. Senhor Presidente: “deixa o secretário”. Vereador Tiago Almeida Tito: “já está aberto aqui a...”. Prefeito Municipal Vítor Penido de Barros: “só um minutinho. Porque o prefeito de Nova Lima talvez... O André é muito técnico e ele não vive o que o prefeito no gabinete. Se eu não puder, eu vou pedir licença porque eu não estou fazendo nada aqui. Vou ficar ouvindo aqui explicação do meu técnico e vocês perguntando. Agora, tem algumas coisas aqui que eu acho que eu teria obrigação de esclarecer vocês, não fazer nenhuma crítica, eu não estou aqui para criticar ninguém. Agora, se eu não puder, eu peço licença. O que eu estou fazendo aqui? Ainda mais que eu tenho mais duas pessoas me esperando lá em cima, mais uma audiência ainda, mais uma reunião e cheguei de Belo Horizonte agora. Então, eu só quero dizer, porque é em cima da pergunta sua”. Senhor Presidente: “prefeito, com todo respeito que eu tenho ao senhor, o convocado aqui foi o secretário. O senhor vai me causar um desconforto aqui. Entendeu?”. Prefeito Municipal Vítor Penido de Barros: “estou à disposição para o dia



que vocês quiserem. Viu, André...”. Senhor Presidente: “se algum dia o senhor quiser vir aqui, a Casa está de portas abertas para o senhor”. Prefeito Municipal Vítor Penido de Barros: “em outra reunião me convida aqui. Eu nunca me recusei de estar aqui, na Câmara. Então, eu quero agradecer a vinda do meu secretário e dizer que tem coisas que ele, às vezes, não responde e eu, que sou o responsável por tudo, como acabei de provar aqui agora, na prestação de contas que eu tive que dar explicação para vocês. Ninguém mais...”. Senhor Presidente: “o senhor terá a liberdade de vir aqui o dia que o senhor quiser, as portas estão abertas”. Prefeito Municipal Vítor Penido de Barros: “está bom. Muito obrigado e uma boa noite para vocês...”. Senhor Presidente: “mas hoje, eu faço...”. Vereador Alessandro Luiz Bonifácio: “Senhor Presidente, questão de ordem. Queria que o senhor consultasse o Plenário para o prefeito Vítor poder responder as perguntas pelo lado do Executivo”. Senhor Presidente: “não, o convocado aqui hoje foi o secretário”. Vereador Alessandro Luiz Bonifácio: “tem como o senhor consultar o Plenário, por favor?”. Senhor Presidente: “tem mais algum vereador para fazer algum questionamento?”. Vereador Tiago Almeida Tito: “eu não terminei ainda o questionamento”. Senhor Presidente: “então continue, por favor”. Vereador Tiago Almeida Tito: “ele ia me responder. Você sabe os lotes ou quadras?”. Vereador José Guedes: “Senhor Presidente. Vítor. Um momento. Vítor. Senhor Presidente, eu ia pedir...”. Senhor Presidente: “com a palavra o vereador José Guedes”. Vereador Tiago Almeida Tito: “Senhor Presidente, eu estou fazendo as perguntas”. Vereador José Guedes: “eu acho que...”. Vereador Tiago Almeida Tito: “Senhor Presidente, eu estou



com a palavra, eu estou fazendo as perguntas, eu estou continuando as perguntas”.

Senhor Presidente: “vereador José Guedes, com a palavra o vereador Tiago Tito”.

Vereador José Guedes: “eu...”. Vereador Tiago Almeida Tito: “você sabe me falar quais são os lotes e quadras que tiveram as alterações, via decreto?”. André Luiz A. Rocha, Secretário Municipal de Planejamento e Gestão: “o Decreto de nº 7.776, de 16 de novembro de 2017”. Vereador Tiago Almeida Tito: “sete mil e qual? Desculpa”. André Luiz A. Rocha, Secretário Municipal de Planejamento e Gestão: “7.776”. Vereador Tiago Almeida Tito: “7.776. De quando?”. André Luiz A. Rocha, Secretário Municipal de Planejamento e Gestão: “16 de novembro de 2017”. Vereador Tiago Almeida Tito: “ok”. André Luiz A. Rocha, Secretário Municipal de Planejamento e Gestão: “altera os parâmetros de uso dos lotes 2 a 23 da quadra 9”. Vereador Tiago Almeida Tito: “espera aí, só um minutinho. 2 a 23, quadra 9”. André Luiz A. Rocha, Secretário Municipal de Planejamento e Gestão: “quadra 9. Lotes de 1 a 26 da quadra 17”. Vereador Tiago Almeida Tito: “só um minutinho”. Vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “só a título de sugestão, ele está com o decreto ali”. Vereador Tiago Almeida Tito: “mas eu quero fazer junto com ele, por favor. Quadra 17, qual?”. André Luiz A. Rocha, Secretário Municipal de Planejamento e Gestão: “lotes de 1 a 26 da quadra 17”. Vereador Wesley de Jesus Silva: “Presidente, eu gostaria de manifestar a minha insatisfação com o que aconteceu aqui”. Senhor Presidente: “o vereador Tiago Tito está com a palavra”. Vereador Wesley de Jesus Silva: “eu sei, vereador. Eu só vou falar, vereador, que a forma que foi feita com o prefeito aqui...”. Senhor Presidente:





“vereador, a palavra está com o vereador Tiago Tito”. Vereador Wesley de Jesus Silva: “foi uma forma desrespeitosa com o líder do Executivo. Eu estou me retirando do Plenário em respeito...”. Senhor Presidente: “continua com a palavra o vereador Tiago Tito”. Vereador Tiago Almeida Tito: “André, é só porque eu estou te questionando, não precisa falar o restante não, pelo seguinte, todas essas quadras onde foi feito por decreto, está vindo aqui um projeto de lei, ele é o 1826, pedindo autorização para alteração do zoneamento”. André Luiz A. Rocha, Secretário Municipal de Planejamento e Gestão: “sim”. Vereador José Guedes: “Senhor Presidente”. Vereador Tiago Almeida Tito: “entendeu? Então, foi autorizado antes, autorizado via decreto e agora está pedindo a autorização legislativa. O que comprova o Plano Diretor exatamente que como não é habitação de interesse social, tem que se pedir autorização legislativa para fazer a alteração do zoneamento, tanto é que, por isso que eu estou te perguntando as quadras, estou conferindo junto com a lei que veio aqui, ou seja, esse decreto aí não tem validade, nesse caso, porque a lei inclusive nem foi aprovada. Então, seria interessante rever. E aí eu te faço uma colocação em relação a isso, porque é muito perigoso, porque também nessa lei veio falando e eu sei que não é da pasta do senhor, eu só estou dando a informação para que o senhor possa passar, seria até bom se o prefeito estivesse aqui também para ouvir”. Vereador José Guedes: “vereador, o senhor podia me dar um aparte”. Vereador Tiago Almeida Tito: “só um minutinho, eu te dou o aparte. Só para ter a certeza que lá não está fazendo habitação de interesse social. No projeto que veio aqui, mais uma vez, veio falado que é destinado a servidor público, só que eu já tenho



um contrato de uma pessoa que não é servidor público que adquiriu lá. E lá não é faixa social, lá não é até três salários mínimos, lá é acima de três salários mínimos. Ou seja, o município está incentivando, através da COHAB, a especulação imobiliária e não a habitação de interesse social. Por isso que muitas das vezes tem um questionamento aqui, em Plenário, e é triste ter tido a saída, que a gente tem que analisar bem os projetos porque senão a gente entrega uma área nobre que não vai ser de habitação de interesse social. Então, eu queria que você levasse essa informação porque realmente o decreto perde...”. Os vereadores Wesley de Jesus Silva, José Carlos de Oliveira, Ederson Sebastião Pinto, Alessandro Luiz Bonifácio e José Guedes saíram do Plenário. Senhor Presidente: “por falta de quórum, eu declaro encerrada a reunião, infelizmente. Agradecer a presença do secretário, o André Rocha, pela sua exposição, pelas suas apresentações, seja sempre bem-vindo a esta Casa. Muito obrigado. Agradeço a Deus a presença de todos e a reunião de hoje. Muito obrigado”.

---